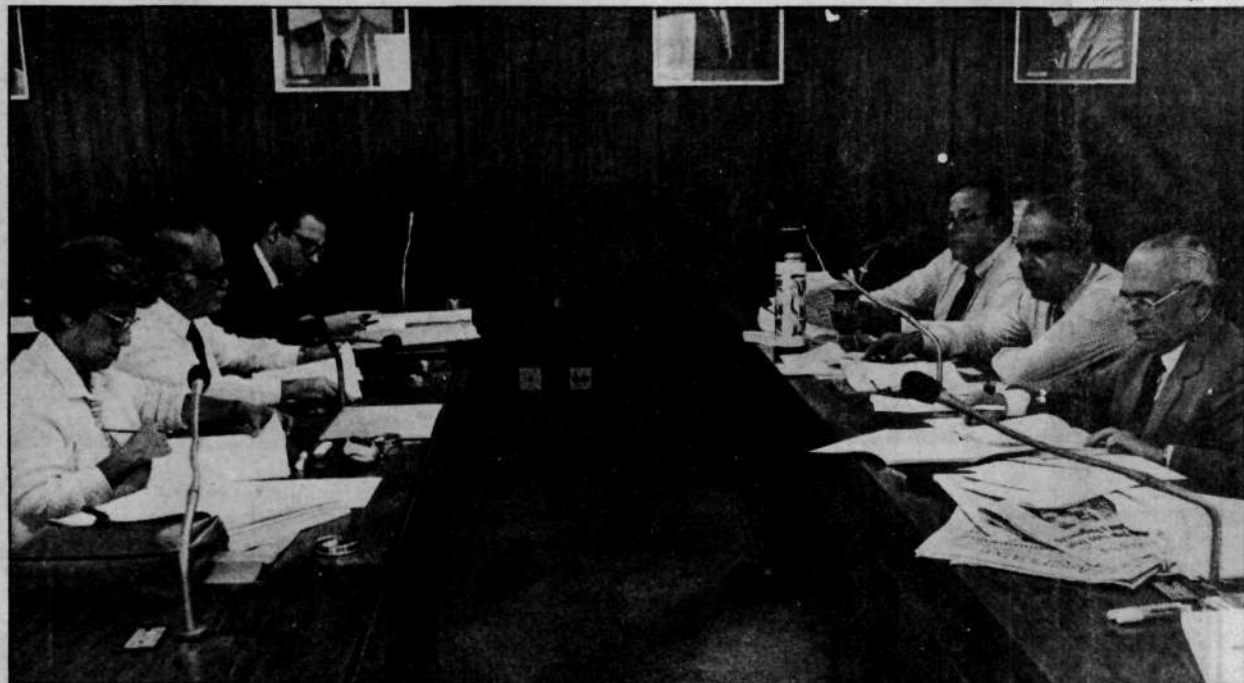


Luta pelos 5 anos deverá ser reaberta



Josemar Gonçalves

Na reunião de ontem, o Grupo decidiu não apresentar nenhuma emenda relativa ao parlamentarismo

PDT colabora com Planalto para a derrubada do parlamentarismo

A emenda com que o Palácio do Planalto pretende restaurar o sistema presidencialista de Governo deverá ser apresentada com a colaboração do PDT. O deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que patrocina a emenda palaciana defendida pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, tem um encontro hoje com o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) para realizar uma adaptação de suas emendas presidencialistas. A do primeiro foi redigida sob a inspiração de Saulo Ramos; a do segundo tem como meta a eleição de Leonel Brizola.

«Se tantas pessoas do «Centrão» votaram na minha emenda quando ela foi apresentada na Comissão de Sistematização, não há por que agora eu me recusar a uma aliança com eles para fazê-la vitoriosa», disse Vivaldo, pouco antes de marcar o encontro com Theodoro Mendes. Ele disse que o que importa é derrubar a decisão da Comissão de Sistematização sobre o sistema de Governo, a fim de garantir a eleição de Brizola num regime em que ele seja chefe de Estado e de Governo.

A emenda de Vivaldo restaura o presidencialismo exatamente como ele é hoje, inovando apenas na fixação de quatro anos de mandato e no instituto da moção de censura, que poderá ser dirigida a qualquer

ministro, inclusive aos militares. É exatamente nesse ponto que os dois parlamentares ainda não entraram em acordo. A emenda de Theodoro Mendes, que fixa 5 anos, na forma idealizada por Saulo Ramos, prevê também a moção de censura, mas dela exclui todos os militares. Outra novidade da emenda do PDT é a criação do instituto do plebiscito para dirimir

conflitos entre o Executivo e o Legislativo.

Veto

Tanto quanto a emenda de Vivaldo Barbosa, a de Theodoro Mendes admite a iniciativa legislativa em matéria financeira, cria uma comissão mista para fiscalizar via Legislativo todos os atos da administração pública e estabelece que a censura do Congresso aos ministros terá que ser decidida por maioria absoluta. A proposta de Theodoro Mendes neste ponto vai mais longe: determina que o Presidente da República pode vetar essa censura, mas dá ao Congresso Nacional a chance de derrubar o veto.

Além dessas duas emendas presidencialistas que serão unificadas para a apresentação à Mesa da Assembleia Constituinte, estão prontas para votação as emendas do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), e do PT. Mas o líder do PT na Câmara, José Genoíno, disse que está longe do seu partido a idéia de se aproveitar da mudança regimental trabalhada pelo «Centrão» para entrar com essa emenda. Manoel Moreira está mais distante dessa idéia ainda pois, com sua mulher doente em São Paulo, tão cedo não aparecerá na Assembleia Constituinte.



Arquivo 04/09/87

Mendes: encontro com Barbosa

Newton reclama verbas prometidas por Sarney

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, afirmou ontem, antes de viajar para o Rio, que o presidente José Sarney fez «muita promessa», mas não lhe mandou «nenhum dinheiro». Ele anunciou que não mais vai se empenhar para garantir os cinco anos de mandato para o Presidente. «Não vou lutar sozinho e, se o Presidente não lutar, não serei aliado».

Newton Cardoso disse que será realizada nova reunião dos governadores do PMDB, em data a ser ainda definida, com a finalidade de estudar os critérios de escolha do candidato do PMDB à Presidência da República. E já avisou: não apóia nenhuma prévia dentro do partido.

O governador de Minas revelou que já tem um entendimento prévio com vários governadores sobre a sucessão presidencial e a definição do perfil do candidato do PMDB. E citou, entre outros, os do Pará, Hélio Gueiros; do Amazonas, Amazonino Mendes, e do Maranhão, Epitácio Cafeteira. Mas, insistiu em que a realização de prévia no PMDB, como vem sendo sugerido em alguns setores

do partido, não tem nenhum sentido:

«Prévia se decide nos gabinetes, nas conversas, nos bastidores. O nome sai pronto para a convenção. E, nas nossas reuniões, vamos procurar o perfil do candidato. Deve ser um nome que tenha consenso no partido e não tenha arestas».

Newton Cardoso descartou qualquer possibilidade de vir a ser candidato à Presidência da República, mas disse considerar o ex-governador Hélio Garcia um «bom nome». Acha «muito difícil» qualquer governador ser candidato, pois «eles estão começando seus governos».

«A sucessão passa por Minas. Nenhuma sucessão deixou de passar por Minas. Vamos dar as cartas. Sem Minas, nada feito» — avisou.

Distanciando-se do presidente Sarney, o governador explicou porque disse que não recebeu dinheiro:

«Doação, nenhuma. Mas, empréstimos, recebemos muitos. Recebemos muita promessa e nenhum dinheiro» — repetiu.

A vitória da tese do chamado «Centrão» — o grupo de conservadores e de direita na Constituinte — em favor da reforma do projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral foi considerada ontem como um estímulo ao Governo para insistir no restabelecimento do mandato presidencial de cinco anos.

O senador Luís Viana Filho, do PMDB da Bahia, é de opinião que os principais ministros do presidente José Sarney nunca desistiram da idéia.

O representante baiano lembra, a propósito, os votos de diversos políticos ligados ao Governo em favor da reabertura do prazo para apresentação de emendas ao projeto Cabral no plenário da Constituinte.

O objetivo declarado do «Centrão» consiste, no entanto, em modificar apenas algumas normas do projeto Cabral, no capítulo da ordem econômica. A estratégia do Governo, porém, implica em forçar os defensores do mandato de quatro anos a conseguirem, no plenário, 280 votos em favor desse período.

Para os constituintes, sobretudo entre os mais ligados ao líder do PMDB na Assembleia, senador Mário Covas, o aparente recuo do presidente Sarney em lutar pelo mandato de cinco anos jamais convenceu. Após a votação, era flagrante o entusiasmo do líder do Governo na Assembleia, deputado Carlos Sant'Anna, em face da vitória do «Centrão».

Uma vez que entre os integrantes desse grupo raros são os constituintes simpáticos à idéia dos quatro anos, o Palácio do Planalto voltará a atuar na manutenção do



mandato de cinco anos para Sarney, mas sem que o Presidente se envolva pessoalmente no assunto, como fez pouco depois de instalada a Assembleia.

Clima

Em tais condições, o Governo evitará que aumente o desgaste político do Presidente perante a Constituinte e a opinião pública. Ontem, durante a votação da proposta do «Centrão», as galerias reagiram, com intensos apupos, aos votos favoráveis às teses desse grupo. O público presente na Assembleia era constituído principalmente de mulheres, que estão participando, em Brasília, de um congresso feminino de sindicalistas. A perspectiva é de que esse clima, caloroso num ambiente limitado possa repetir-se nos estados de origem dos constituintes, contra os que ajudarem a derrubar o texto do projeto de Cabral. Só por esse motivo, os defensores do mandato de cinco anos se mantêm cautelosos. Mas, encerrada a votação da proposta centro-direitista, muitos dos constituintes que votaram a favor dessa iniciativa esclareciam porque o fizeram. A deputada Márcia Kubitschek, do PMDB do Distrito Federal, filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek — um dos votos do Centrão — explicou que seu compromisso com tal grupo se encerrara ontem. Agora, votaria com o estamento progressista do PMDB, ao qual estão vinculados os políticos mais ligados ao ex-presidente Kubitschek. O deputado Teodoro Mendes, do PMDB paulista, disse que votou com o «Centrão» porque tem destaques a apresentar em plenário, e que foram rejeitados pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Portanto, o êxito do «Centrão», na primeira batalha do plenário, pode não se repetir, principalmente se os governistas insistirem no restabelecimento do mandato de cinco anos para Sarney.

Magalhães descarta Nordeste

Recife — Ao retornar ontem de São Paulo, onde almoçou com o ex-ministro Delfim Netto e manteve um rápido encontro com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, o ex-governador Roberto Magalhães (sem partido) disse que dificilmente o Nordeste dará algum candidato à Presidência da República porque, há vários fatores que funcionam negativamente contra a região.

Esses fatores, segundo Magalhães, são três: a tradição divisionista dos nordestinos, a inexpressividade do seu colégio eleitoral se comparado a São Paulo e Minas, e, por último, o fato de o

presidente José Sarney, que é do Nordeste, não ter mais a aprovação do povo brasileiro.

«Por isso, eu entendo que o candidato mais viável será aquele que unir São Paulo e Minas».

Magalhães falou com Antônio Ermírio e vários outros empresários de influência na Fiesp e, pelo que pode deduzir desses encontros, nem tão cedo ele tomará uma decisão a respeito de se candidatar a sucessão de Sarney. O mesmo raciocínio é extensivo ao ministro Aureliano Chaves, com quem se encontrou em Brasília na semana passada, antes de se desligar do PFL.